



A DEMOCRACIA EM PORTUGAL

Esta não é a madrugada que esperávamos

Diogo Rodrigues e Débora Simão escrevem sobre o 25 de abril, a democracia e a receita para a boa liderança e governação do país. (p. 24-27)

Atacada Pela Justiça, Apoiada Pelo Povo: Le Pen Ganha Corações?

Por Mariana Guedes de Brito
(p. 7-10)

Redes sociais e desumanização: O caso de Loures como espelho da geração digital

Por Maria Sousa (p. 38-41)

A Caritas Judaico-Cristã no séc. XXI, uma crónica sobre o seu carácter eterno

Por Márcio Espírito-Santo (p. 34-36)

EDIÇÃO XXXVII

Abril de 2025





DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL 2025

do editor

/ MARTIM DINIS



Desde o momento em que entrei na DDEP, fazendo parte da mais inspiradora insígnia constitutiva do espírito académico do Instituto de Estudos Políticos, reconheci a enorme importância deste querido projeto. Para todos os alunos e alumni do IEP-UCP que, tal como eu, sempre tiveram a oportunidade de se expressar livremente e de participar ativamente em algo maior que todos nós. E, também, para todos os leitores da DDEP, que enriquecem a nossa caminhada, edição após edição, dinamizando o projeto e reconhecendo o seu estimado mérito e valor.

Mais do que nunca, é necessário elevar a DDEP ao único patamar que lhe é identitariamente devido e reconhecido: o da **excelência, pertinência e livre expressão de ideias**, sem nunca abdicar da sua **irreverência e criativa dignidade reflexiva**. Esta será a imagem que, enquanto Diretor-Geral, acompanhado pela mais capaz equipa diretiva, celebrarei em toda a atividade. Respeitando, em permanência, as mais sentidas diretrizes fundadoras que permitiram à DDEP encontrar, em si mesma, uma personalidade invejável.

E de que melhor forma honrar este compromisso, senão pela publicação da edição que marca a passagem de ano, recheada pelos distintos acontecimentos de um mês que certamente ficará gravado para a História. Ao mundo que não para e a nós que, por cá, o acompanhamos.

Bem-vindos à edição XXXVII da Da Democracia em Portugal!

Martim Dinis



CONTEÚDO

06

LÁ FORA

Secção dedicada a assuntos internacionais.

23

CÁ DENTRO

Secção dedicada a assuntos nacionais.

33

A MEU VER

Secção dedicada à opinião.

37

ESTADO DE DIREITO

Secção dedicada à investigação no campo dos direitos humanos.

44

NÚCLEO MUSICAL

Secção dedicada à exploração da música.

46

SUGESTÕES CULTURAIS

Secção dedicada a recomendações culturais.

50

ESPAÇO INSTITUCIONAL

Secção dedicada à atividade da DDEP.

ÍNDICE

Mariana Guedes de Brito “Atacada Pela Justiça, Apoiada Pelo Povo: Le Pen Ganha Corações?”, **pg. 7**

Bruno Silva “O golpe empresarial-militar de 1964”, **pg. 11**

Sebastião Camarinhas “Mianmar, o que nós não vemos”, **pg. 17**

Diogo Rodrigues e Débora Simão “Esta não é a madrugada que esperávamos”, **pg. 24**

Samir Ali “O futuro está em xeque”, **pg. 28**

Pedro Carvalho “Candidaturas Independentes em Portugal – Um estudo de André Freire”, **pg. 31**

Márcio Espírito Santo “A Caritas Judaico-Cristã no séc. XXI, uma crónica sobre o seu caráter eterno”, **pg. 34**

Maria Sousa “Redes sociais e desumanização: o caso de Loures como espelho da geração digital”, **pg. 38**

Martim Dinis “O direito de estar offline”, **pg. 42**

Martim Dinis “Escolhas musicais”, **pg. 45**

Rodrigo Plaza “Da civilização à cinza da Fénix selvagem”, **pg. 47**

Sara Marques “Parceria AIESEC”, **pg. 51**





Lá

**Fo
ra**

Atacada Pela Justiça, Apoiada Pelo Povo: Le Pen Ganha Corações?

POR MARIANA GUEDES DE BRITO
DDEP



Num comício recente em Marselha, Marine Le Pen subiu ao palco com um sorriso firme. Mesmo acusada de má gestão de fundos públicos, foi recebida com aplausos. Para os seus apoiantes, ela é mais mártir do que culpada.

No último dia de Março, Le Pen é acusada de desvio de fundos Europeus para benefício do *Rassemblement National*, criando um sistema de contratos de trabalho fraudulentos. Após a decisão do tribunal francês, Le Pen é condenada a quatro anos de prisão e a cinco anos de inelegibilidade, estes com efeito imediato, colocando em causa a sua candidatura às presidenciais de 2027. O partido também foi condenado com uma multa de 2 milhões de euros, juntamente com 22 arguidos condenados a penas de prisão, multas e inelegibilidade.

A questão que agora devemos colocar é que, na política, um **escândalo pode ser derrota** – ou **impulso**. Qual será o caso aqui?

LÁ FORA

Em primeira instância, é crucial compreender o processo judicial. Em novembro de 2024, o Ministério Público francês deu como provado um esquema de desvio de fundos do Parlamento Europeu no valor de, no mínimo, 4 milhões de euros a favor do partido de Le Pen, pedindo a acusação de 25 pessoas. A 31 de março de 2025, o tribunal condena Le Pen. A juíza responsável pelo julgamento, Bénédicte de Perthuis, afirma que o tribunal teve em consideração a perturbação da ordem pública, mencionando ainda que a justiça francesa deve velar para que todos, mesmo aqueles eleitos, estejam sujeitos à justiça, sem beneficiar de imunidade. Da leitura da sentença, fica ainda esclarecido que Le Pen estava "no centro do esquema", dando como provado que não houve enriquecimento pessoal, mas um enriquecimento do partido com a criação de postos de trabalho fictícios no Parlamento Europeu, alocando as verbas europeias para postos que não tinham qualquer tarefa incumbida pelos eurodeputados, mas trabalhavam de facto para o partido. Le Pen, convidada pelo telejornal F1, afirma que o caso teve a sua origem em opositores políticos, afirmando a sua inocência. Menciona ainda que os juízes praticaram aquilo que pensava estar reservado a regimes autoritários. Este discurso é congruente com o do seu advogado, que descreve a acusação como "um ataque à democracia". Na mesma entrevista, Le Pen nega ainda qualquer enriquecimento pessoal ou corrupção, estando em sintonia com a sentença. Le Pen recorreu da decisão em 11 de abril de 2025, mas a inelegibilidade mantém-se

em vigor até que o recurso seja julgado. A decisão do tribunal de apelação está prevista para o verão de 2026, o que poderá influenciar significativamente o cenário político francês, especialmente se a condenação se mantiver.

É crucial ainda compreender este mesmo cenário. Com um centro cada vez mais encurralado, Emmanuel Macron enfrenta claras dificuldades, nomeando três primeiros-ministros em menos de um ano e deixando de ter a maioria absoluta nas legislativas de 2022. Esta perda de popularidade representa uma clara oportunidade para Le Pen e a direita francesa, marcada pelas vitórias nas europeias e na primeira volta das legislativas no verão de 2024. É defendido por diversos analistas que muito deste sucesso se deve ao reposicionamento do partido nos últimos anos e ao papel central de Le Pen. Ao assumir o poder do então *Front National* em 2011, sucedendo ao seu pai, a mesma inicia um processo de *dédiabolisation*, isto é, um esforço para normalizar a imagem do partido, afastando as suas raízes racistas e antisemitas. Este processo é marcado pela mudança de nome em 2018, assim como um tom mais moderado em debates públicos, com maior foco em temas mais consensuais. Esta estratégia é usada para alargar a base eleitoral, ganhar respeitabilidade institucional e reduzir o risco do discurso agressivo. A mesma parece ter sido bem-sucedida com o crescente sucesso do partido nos últimos anos, mas diversos analistas defendem que, apesar da mudança de forma, o conteúdo mantém-se. Jacques Rupnik defende que o partido está menos

LÁ FORA

agressivo, mas o seu programa segue o mesmo. Le Pen defende o fim da imigração em massa, assim como um discurso antieuropeu, exigindo uma maior soberania francesa. Este discurso mobiliza os eleitores das zonas rurais, periferias urbanas e classes trabalhadoras. Desta forma, Le Pen torna-se um símbolo para o partido, **mas tornar-se-á agora a sua maior vulnerabilidade?**

A questão que este artigo coloca centra-se exatamente nesse paradoxo: **trará a justiça popularidade ao partido?** A análise das estratégias adotadas pelo mesmo é crucial para esta reflexão.



Jaime Nogueira Pinto, em declarações ao jornal Nascido do Sol, acredita que o partido pode ter saído fortalecido, mencionando que se dará um efeito de indignação perante o abuso representado com este caso. Menciona ainda que, ao bloquear a participação de Le Pen, não serão apenas os eleitores do RN mas sim outras pessoas que se sentirão indignadas. O efeito que isto poderá ter, na sua opinião, *“estas situações acabam por ter efeitos perversos para quem as desencadeia”*. João Carvalho, cientista político, partilha da mesma opinião, afirmando que esta condenação é de facto *“negativa”* para Le Pen mas *“positiva para o partido”*, visto que o torna mais popular entre o eleitorado. Este argumento advém do facto do partido usar esta questão para se vitimizar, e foi o que fizeram sem muita demora. Jordan Bardella, o seu possível sucessor, diz que *“não foi apenas Le Pen a ser condenada de forma injusta: foi a democracia francesa a ser executada”*. Desta forma, o mesmo faz um apelo à população para uma mobilização popular e pacífica. No passado dia 6 de abril, Le Pen, no National Rally em Paris, menciona que a sua acusação não é motivada por uma decisão legal, mas sim política. A mesma afirma ser vítima nesta *“caça às bruxas”*, um termo que anteriormente tinha sido usado por Donald Trump para demonstrar o apoio por Marine. Esta posição demonstra uma clara estratégia de vitimização, descrença na justiça e uma certa indignação contra o sistema.

Jaime Nogueira Pinto menciona ainda o paradoxo, afirmando que poderá ser sim causada uma certa indignação, mas o facto de não ser a mesma a concorrer e esta ser substituída por Jordan Bardella ou pela sua sobrinha Marion Maréchal, poderá levar o partido a não atingir os mesmos votos que teria com Le Pen. João Carvalho defende também este ponto de vista, acrescentando que Bardella foi candidato a primeiro-ministro e, mesmo tendo ganho a primeira volta, este não foi o caso na segunda.

LÁ FORA

Atualmente, Le Pen está proibida de se candidatar às eleições. Apesar do recurso, a sua sentença de inelegibilidade entra em vigor de imediato. No entanto, a via é agora estreita, embora não seja impossível, visto que o tribunal de recurso de Paris afirmou que irá tomar uma decisão até ao verão de 2026, o que poderá alterar a sentença, fazendo com que a mesma possa entrar na corrida presidencial a tempo. João Carvalho caracteriza as futuras eleições como uma incógnita por enquanto. O mesmo menciona que costuma caracterizar a política francesa por três M: Marine, Macron e Mélenchon. Com Le Pen condenada e Macron impedido de cumprir novo mandato, os franceses não podem contar com dois dos M.

A condenação de Marine Le Pen marca um ponto de viragem na política francesa. A justiça, ao tornar a líder do Rassemblement National inelegível, parece ter minado a principal figura da extrema-direita. No entanto, o efeito real desta decisão poderá não ser o seu enfraquecimento, mas sim o oposto. A narrativa de perseguição política, já amplamente utilizada por Le Pen e seus aliados, tem o potencial de gerar solidariedade junto do eleitorado, alimentando uma desconfiança crescente nas instituições e mobilizando um sentimento de revolta que transcende o núcleo do partido.

Ao mesmo tempo, a possibilidade, ainda que incerta, de Le Pen conseguir reverter a sua inelegibilidade mantém o cenário em suspenso. Caso a candidatura seja definitivamente impedida, a incerteza sobre quem

poderá substituí-la nas presidenciais de 2027 coloca o partido numa encruzilhada. Nem Bardella nem Maréchal têm, por enquanto, o peso simbólico que Marine acumulou ao longo de mais de uma década. Ainda assim, mesmo com a eventual presença de Le Pen, o contexto eleitoral já se mostra profundamente alterado. A ausência de Macron, impedido de concorrer a um terceiro mandato, e a instabilidade no centro político francês criam um novo tabuleiro: mais imprevisível, mais fragmentado e potencialmente mais propício à radicalização.

O futuro do RN está agora suspenso entre a oportunidade e o risco. E a democracia francesa, perante este caso, confronta-se com uma pergunta essencial:

Punir a ilegalidade fortalece o Estado de direito, ou acende o rastilho de um populismo ainda mais enraizado?





O golpe empresarial-militar de 1964

POR BRUNO SILVA

DDEP

Neste início de abril, lembramos os 61 anos do golpe empresarial-militar de 1964, que abriu caminho para um longo período de repressão, censura e perseguições políticas no Brasil. A queda do governo de João Goulart (“Jango”) deu lugar a um regime autoritário que restringiu liberdades civis e afetou setores como universidades, movimentos sociais e grupos de oposição. Mais do que recordar o passado, visitar esse episódio ajuda-nos a entender a fragilidade das instituições e a importância de fortalecer a nossa democracia, evitando que retrocessos similares voltem a ameaçar os direitos e as conquistas da sociedade.

Antes de discutir a questão do golpe empresarial-militar e a subsequente instalação da ditadura, é necessário entender a própria decisão de chamá-la de empresarial-militar e não cívico-militar. Quando se trata do regime instaurado em 1964 no Brasil, é utilizado intencionalmente o termo “**ditadura empresarial-militar**”. Essa designação é baseada na pesquisa de René Armand Dreifuss, que, a partir de uma análise documental e historiográfica consistente, demonstrou a atuação direta de setores da burguesia brasileira na articulação e manutenção do golpe, especialmente por meio de aparelhos ideológicos como a grande imprensa, associações empresariais e órgãos técnicos do Estado.

Essa formulação permite uma leitura mais precisa sobre quem foram os atores centrais na estruturação do regime autoritário, e preserva uma perspectiva analítica que compreende o Estado como instrumento ao serviço de interesses de classe.

LÁ FORA

Nos últimos anos, porém, temos observado o retorno ao uso do termo “**ditadura civil-militar**”. Embora essa expressão reconheça a participação de civis no regime (como representantes da Igreja, da mídia e de determinados setores políticos) ela tende a diluir a centralidade do empresariado na conformação do projeto autoritário, e a enfraquecer a crítica à lógica de classe presente no golpe.

Essa tese foi inicialmente defendida por Daniel Aarão Reis, um historiador que propôs, inclusive, uma revisão do período da ditadura, sugerindo que ela teria terminado em 1979, com a promulgação da Lei da Anistia, e não em 1985, com a transição civil formalizada pela eleição de Tancredo Neves. Ou seja, um revisionista histórico.

Portanto, ao manter o uso do termo “**ditadura empresarial-militar**”, é afirmada uma posição teórica e metodológica clara: a de que o regime não foi apenas um governo autoritário com apoio de civis, mas sim um projeto político construído em aliança entre o alto comando militar e o empresariado, com efeitos profundos na organização do Estado e da sociedade brasileira.

Ao examinarmos o golpe de 1964 de forma mais aprofundada, é possível organizar a análise em dois pontos principais. O primeiro refere-se à influência dos Estados Unidos, sobretudo no que diz respeito aos interesses econômicos do empresariado estrangeiro e à manutenção de uma lógica de dominação de caráter “*colonial*”. O segundo diz respeito ao envolvimento dos empresários e setores reacionários brasileiros no golpe, bem como aos equívocos das organizações políticas e à persistência de resquícios autoritários no cenário atual.

Durante os anos que antecederam o golpe, o governo de João Goulart já saía de um período difícil com a renúncia de Jânio Quadros nos seus 7 meses de presidência. Aproveitando-se do seu cargo na presidência, Jango apostou nas Reformas de Base, que tinham como objetivo modernizar o país e ampliar os direitos, com um certo destaque para a reforma agrária, a reforma tributária, a reforma educacional e a reforma urbana. Essas reformas tinham como objetivo enfrentar as profundas desigualdades herdadas da estrutura latifundiária, dependente e concentradora de renda.



LÁ FORA

Ou seja, uma reforma do capitalismo brasileiro nos marcos do Estado, ampliando a participação da classe trabalhadora no processo político e económico. Isso obviamente representava uma ameaça direta aos interesses da burguesia agrária, industrial e financeira, que viam nas reformas uma rutura com a ordem baseada na concentração de poder e propriedade.

A engrenagem golpista já se via anos antes dos acontecimentos de 1964. Os Estados Unidos já tinham a sua Doutrina Monroe, e política do “*Big Stick*”, com uma certa ideia de domínio sobre os países da América ao sul deles. Isso se viu no começo do mesmo século, financiando rebeldes independentistas para poder fazer o canal do Panamá. Enfim, isso somente no começo do século, e estamos a falar já de um tempo onde duas guerras mundiais se passaram. Os Estados Unidos, porém, continuaram com essa tutela sobre os países a sul.

Ainda antes da Crise dos Mísseis de Cuba, o presidente americano já via a necessidade de criar uma aliança que juntasse os países da América sob a mesma bandeira, lançou-se então em 1961 a Aliança Para o Progresso, que dava apoio económico a países aliados. Gastaram cerca de 3.5 mil milhões de dólares, porém a longo prazo seria um negócio frutífero, pois transformar-se-ia em apoio político.

Adicionalmente, o Brasil era pro-ocidente, mas com uma certa inclinação ao movimento não alinhado, onde Jango visitava a China, e o Ex-Presidente Jânio Quadros condecorava o guerrilheiro argentino Che Guevara a Grã Cruz da ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, por mais que Jânio fosse Udenista. De forma simplificada, a Aliança Para o Progresso tinha como objetivo evitar uma nova Cuba no seu “*jardim*”. Um tempo depois, políticos brasileiros começaram a receber dinheiro da Aliança Para o Progresso, com o âmbito de pressionar o governo federal a manter-se na esfera de influência dos Estados Unidos. Um caso famoso de um beneficiário da Aliança Para o Progresso foi o de Carlos Lacerda, na época governador da Guanabara.



LÁ FORA

Uma das figuras mais importantes para o desdobramento do golpe em 1964, foi o embaixador americano, Lincoln Gordon, que argumentava que o Brasil seria uma China dos anos 60. Em 1962, encontrou-se com o presidente Kennedy, para falar um pouco do Brasil, onde defendeu gastar milhões em um plano contra Jango. Como evidenciado pelo Vincent Bevins na sua obra **O método Jacarta**, já havia uma trama golpista que era planeada pelos norte americanos, e passo a citar:

"[...] em 30 de julho, Kennedy teve uma reunião com o embaixador Gordon, que foi gravada.

Os dois homens concordaram em gastar milhões em planos contra Goulart para as eleições daquele ano e em preparar o terreno para um golpe militar para, como disse Gordon, "expulsá-lo, se for o caso" Gordon afirmou: "Acho que uma de nossas tarefas importantes é fortalecer a espinha dorsal dos militares. Para deixar claro, discretamente, que não somos necessariamente hostis a qualquer tipo de ação militar, se estiver claro que a ação militar é..."

"Contra a esquerda", concluiu Kennedy.

Gordon: "Ele está entregando o maldito país aos..."

"Comunistas", disse Kennedy.

"Exatamente."

A economia brasileira entrava em colapso, o Jango pressionou com toda força os políticos para que as suas reformas de base fossem implementadas, o que obviamente não fez com que os americanos ficassem muito satisfeitos desde que o plano trienal do Jango foi um fracasso e especialmente o desinteresse de Goulart em apoiar a austeridade prescrita pelo seu ministro da fazenda, que teria apoio do FMI.

Depois do assassinato de Kennedy, o seu vice-presidente, Lyndon B. Johnson, assumiu a presidência, cuja política externa era mais agressiva ou seja fazia parte de uma "linha dura". Johnson criou um grupo de estudos para "resolver" a situação brasileira, envolvendo a CIA, o Departamento de Defesa e o embaixador Gordon. Chamou ainda o General Vernon Walters para articular com militares brasileiros, que combateu ao lado de Castelo Branco, que viria a tornar-se o primeiro presidente da época da ditadura.

LÁ FORA

O governo de Jango encontrava-se em uma situação muito delicada, onde se procurava um pretexto para derrubar Goulart por militares e forças imperialistas, especialmente quando as multinacionais estrangeiras como a Ford, Esso, Light SA e Goodyear tinham medo de perder o seu investimento no Brasil, apelando assim a “estabilidade” financiando o IBAD e o IPES (Instituto Brasileiro de Ação Democrática e Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, respetivamente) servindo como “ponte” para que empresas interessadas em derrubar João Goulart financiassem materiais de propaganda anticomunista, mantivessem jornais e revistas simpáticos ao golpe e apoiassem candidatos que fizessem oposição ao governo.

O elemento que despertou alarmes nos Estados Unidos foi o discurso do presidente Jango na central do Brasil dia 13 de Março, onde Jango defendendo reformas de base, foi visto pelos conservadores e pelos EUA como sinal de um suposto “golpe comunista” iminente, servindo de mote para a mobilização militar. Isso impulsionou os EUA a defenderem os seus interesses ao delinear a Operação *Brother Sam* e a Operação *Popeye*. A Operação *Popeye* consistia em deslocar as tropas do exército e da polícia militar de Minas Gerais ao Rio, onde Jango se encontrava. Já a Operação *Brother Sam* foi de modo a apoiar os militares caso houvesse resistência por parte de tropas aliadas a Jango. Este apoio seria um porta-aviões, um porta helicópteros, um posto de comando aerotransportado, seis contratorpedeiros carregados com 100 toneladas de armas, quatro navios petroleiros que traziam combustível para o caso de um eventual boicote do abastecimento pelas forças legalistas.

Agora, a segunda parte, previamente mencionada, sobre o papel do empresariado e dos setores reacionários no golpe. Esses setores foram fortemente repulsivos face às reformas de base do de Jango. Mencionado previamente o IBAD e o IPES, com a sua propaganda anticomunista e contra o governo Jango, onde também recebiam dinheiro de setores reacionários para espalharem panfletos e outros metodos de agitação.

Enfim, para grandes proprietários de terras e para o empresariado vinculado ao capital estrangeiro, as propostas do governo representavam risco de perda de privilégios ou exigências de negociações trabalhistas mais avançadas, que implicaria uma perda de poder político significativo. Ou seja, os interesses presentes no golpe empresarial-militar tinham como objetivo salvaguardar a propriedade privada contra as modestas exigências de uma democracia pequeno-burguesa manifestas nas Reformas de Base, em especial a reforma agrária e a proibição da remessa de lucros ao estrangeiro.

LÁ FORA

Já as forças organizadas por populares, nos momentos que antecederam o golpe de 1964, enfrentaram fragmentação e falta de unidade em sua liderança. O PCB e setores do PTB, não chegaram a formular uma estratégia comum para resistir de forma eficiente. Além disso, a ausência de coordenação com o Jango que adotou uma postura vacilante ao não definir claramente até onde apoiaria mobilizações mais radicais, contribuiu para que as iniciativas dos sindicatos e movimentos populares ficassem dispersas, sem um plano de ação conjunta.

Outro fator importante foi a sobrestimação do apoio dos militares “*legalistas*”, na crença de que as Forças Armadas permaneceriam fieis ao governo constitucional, como em 1961. Quando uma parte expressiva dos quartéis aderiu ao movimento golpista, não havia estrutura de defesa ou logística para sustentar qualquer tipo de resistência armada ou greves coordenadas em todo o país. Muitos sindicalistas adotavam um discurso radical, mas faltava-lhes capacitação ou meios concretos para enfrentar tropas profissionalizadas, o que resultou em ações pontuais e, no final, pouco efetivas.

Além disso, a dependência sob o governo Goulart mostrou-se um grande obstáculo para a reação dos trabalhistas. Jango temia agravar a tensão política e, ao preferir não convocar resistência armada, deixou a base desorientada. Sem um “plano B” nem liderança unificada, as organizações de esquerda e os sindicatos acabaram paralisados frente ao avanço militar, expondo a fragilidade tática e estratégica que permitiu a consolidação rápida do golpe e da ditadura empresarial-militar.

Hoje, embora haja um esforço para conciliar diálogo e democracia, o legado de décadas de intervenção militar ainda pesa. Quando ocupam postos de decisão ou executam operações de segurança, alguns setores das Forças Armadas dificultam a implementação de políticas baseadas em direitos humanos, justiça social e participação popular. Dessa forma, longe de cumprir apenas a missão constitucional de defesa do país, a continuidade de um viés autoritário mostra que os militares atuam como guardiões de interesses que nem sempre correspondem às necessidades reais da sociedade, sobretudo da classe trabalhadora.

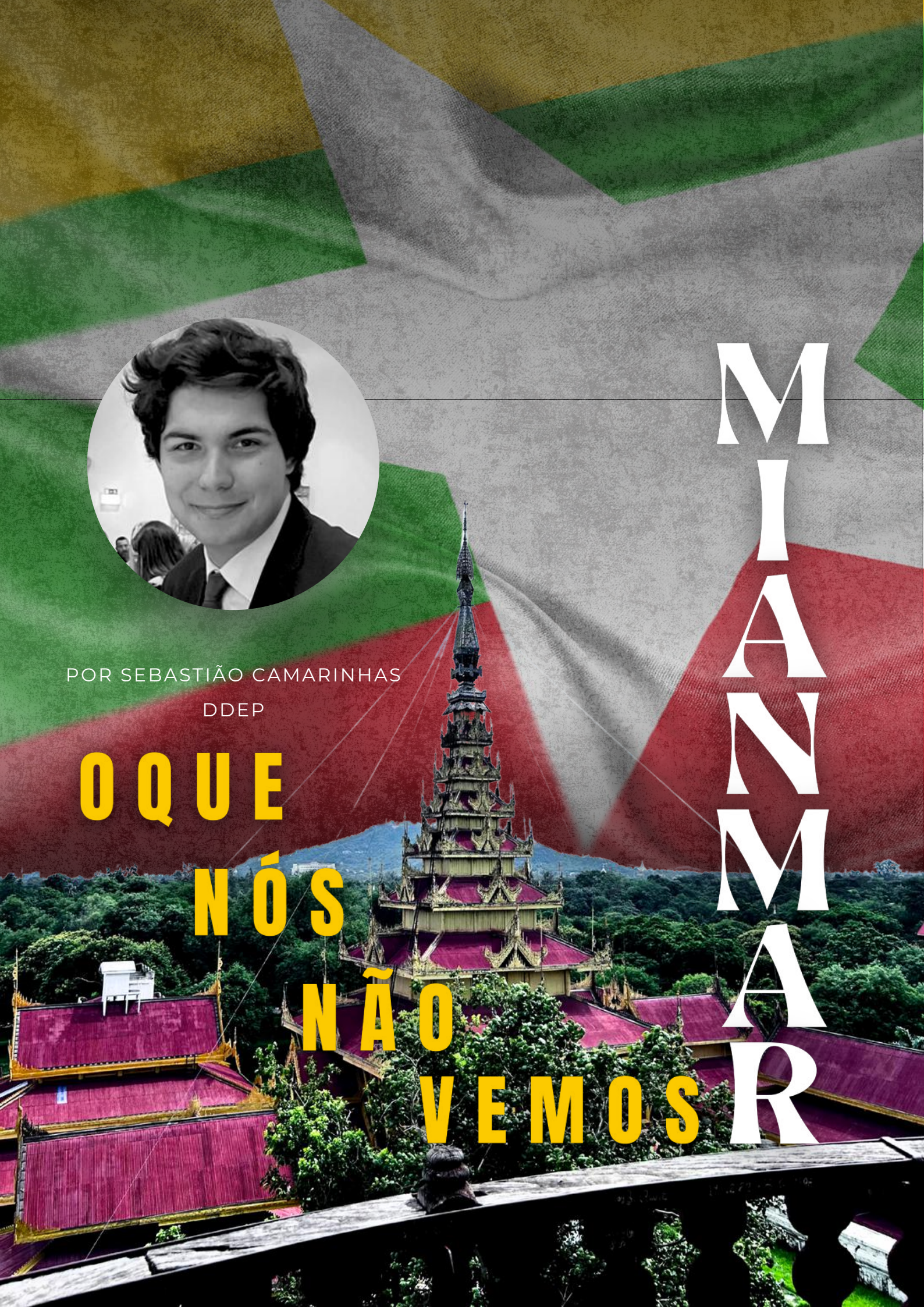
Em síntese, a ditadura de 1964 não foi obra apenas dos quartéis, mas resultado de uma aliança concreta entre setores empresariais e militares, apoiada pelo imperialismo norte americano. A falta de união das forças populares, as hesitações do governo Goulart e a dependência estrutural em relação aos Estados Unidos facilitaram o golpe, que legou um Estado autoritário e moldado para preservar privilégios de classe. Hoje, apesar do Brasil em ter um regime formalmente democrático, resquícios desse período persistem em instituições e práticas de suposta segurança, exigindo vigilância permanente dos moradores das periferias brasileiras, e do campesinato que vive sob constante pressão de grupos paramilitares que ameaçam sistematicamente a vida dos trabalhadores do campo.



POR SEBASTIÃO CAMARINHAS
DDEP

**O QUE
NÓS
NÃO
VEMOS**

**M
I
A
N
M
A
R**



LÁ FORA

“Adorava visitar Mianmar, é como se a Tailândia tivesse ficado intocada pelo Ocidente.” Foi assim que o pai do meu amigo David descreveu o país e, quando o disse, fiquei impressionado com a precisão da sua descrição. Enquanto a Tailândia, um país certamente bonito, consegue fundir o vestuário, a comida e a cultura ocidentais com os seus próprios elementos, Mianmar é um dos poucos exemplos de países do sudeste asiático que não adotaram por completo o modo de vida ocidental, isto é, o uso de t-shirts ou calças de ganga, o consumo de *fast food*, uma vida secular onde a religião não ocupa um lugar central, ou à forte dependência da tecnologia moderna. Em Mianmar, esses elementos estão presentes de forma muito menos constante do que na Europa ou até na própria Tailândia. O povo birmanês (designação correta para os seus habitantes), seja na cidade de Yangon ou nas regiões mais “*rurais*” de Mandalay ou Bagan, permanece profundamente ligado à sua cultura, ao seu vestuário tradicional, aos seus pagodes. No verão de 2023, tive o imenso privilégio de testemunhar isso mesmo com os meus próprios olhos, quando fui visitar a minha mãe que trabalha em Mianmar. Passei a maior parte do tempo em Yangon e fiz pequenas viagens a Mandalay e à antiga Bagan. O que encontrei foi um país de contrastes gritantes: rico em tradição, beleza de cortar a respiração e resiliência — mas também envolto em crises humanitárias sobrepostas.

Yangon é uma cidade com autoestradas de oito faixas e enormes complexos habitacionais, onde o Pagode Shwedagon se ergue no centro como a Torre Eiffel em Paris. É impressionante que, numa cidade assim, tanta da vida quotidiana dos seus habitantes se desenrole nas ruas — seja a passear ou a pescar junto ao Parque Kandawgyi, a conviver à beira da estrada ou a trabalhar como vendedores nos muitos pequenos mercados espalhados pela cidade. O modo como as pessoas se movem dá a entender que Yangon é uma cidade acessível (e por vezes é), mas a ameaça constante de uma carripiana Honda ou de uma mota Mitsubishi em excesso de velocidade sugere o contrário.



LÁ FORA

Importa referir que em Yangon os edifícios de betão de linhas angulares contrastam fortemente com o trabalho artesanal dos pagodes, embora as árvores-da-borracha consigam, surpreendentemente, suavizar essa transição, como se protegessem o sagrado do moderno. Em Mandalay (a segunda maior cidade depois de Yangon), esse contraste é menos acentuado: a cidade, os seus pagodes e o Palácio de Mandalay estão mais claramente separados, a sua integridade preservada por muros e rios que mantêm o mundo urbano à distância.



A visita a Bagan foi a minha única experiência no interior de Mianmar. Durante esta viagem de estrada, passei por campos aparentemente intermináveis onde agricultores trabalhavam, enquanto outros descansavam junto aos arrozais à sombra dos seus chapéus cónicos. A estrada que atravessava estas zonas estava repleta de homens em bicicletas a transportar fardos de palha e outros bens de um campo para outro, e longas filas de gado eram conduzidas por pastores. Ao longo da estrada, pequenas lojas e explorações agrícolas iam surgindo com frequência, mas ao contrário dos edifícios de Mandalay ou Yangon, estas estruturas eram feitas em estacas de madeira, com telhados construídos a partir de ramos e folhas.

LÁ FORA

O que tornava Bagan verdadeiramente espantoso eram os templos que se estendiam até ao horizonte, tão longe quanto a vista alcançava. Estes incluíam pagodes, torres escalonadas ou santuários feitos de madeira, pedra ou argila, onde os visitantes podiam entrar para admirar os detalhes intrincados nas paredes e as estátuas gigantes no seu interior. Havia também estupas, estruturas semelhantes mas compactas no seu interior, que guardam relíquias e estátuas e onde os devotos devem rezar e meditar do exterior. Por fim, havia mosteiros, edifícios residenciais e religiosos onde os monges vivem, rezam e ensinam. Estes templos não eram apenas belas construções; os pagodes maiores funcionavam também como centros comunitários. À sua volta, os locais convivem, pintam, trabalham como vendedores, gerem restaurantes ou guiam os poucos turistas que os visitam.

Durante toda a minha viagem por Mianmar, não consegui afastar o pensamento de como era estranha a tranquilidade do povo birmanês. Isso tornou-se especialmente claro quando visitei o mosteiro de Taung Kalat, onde ao olhar do topo do templo e ver apenas montanhas e florestas, e ouvir apenas subtis sininhos interrompidos por gongos profundos, era impossível perceber que o país lá em baixo era vítima de um conflito complexo. Mianmar é um território que enfrenta uma grave crise humanitária. Segundo o Plano de Necessidades e Resposta Humanitária da ONU para 2025 (HNRP), **19,9 milhões de pessoas necessitam de ajuda urgente**, e isto antes mesmo do terramoto que abalou o país a 28 de Março de 2025.



LÁ FORA

Como conseguiram viver com tanta paz no meio de tanta turbulência? O que tornava a minha visita tão estranha era que, para além dos templos magníficos, para além dos sorrisos das pessoas, encontrava-se um país que tem vivido em silêncio uma crise há mais de um século. Desde a sua independência, Mianmar tem sido constantemente fustigado por conflitos, fome, carência e pobreza. Hoje o país enfrenta uma “policrise”, isto é, várias crises interligadas a ocorrer em simultâneo.

A economia está em desordem: apesar dos seus abundantes recursos, encontra-se numa situação frágil. Em 2024, a inflação rondava os 25%, e hoje o valor da moeda local (o Kyat de Mianmar, pronuncia-se *Chi-at*) depreciou-se drasticamente. Há doze anos, um Kyat valia cerca de 0,12€ e hoje vale apenas 0,00042€. Este colapso económico foi agravado pela pandemia da COVID-19.

A pobreza é generalizada: quase metade da população vive abaixo da linha de pobreza, incluindo 53% da população menor de idade, o que equivale a 8.9 milhões de crianças. Nas zonas rurais, a educação e os cuidados de saúde têm fraca cobertura: 21% das crianças em Mianmar não estão inscritas na escola, por motivos que vão desde o conflito armado até a impossibilidade de pagar os estudos. Cerca de 9% da população não tem acesso aos cuidados de saúde de que necessita.

A insegurança alimentar e os riscos climáticos estão profundamente interligados na região. Devido à insegurança económica, os agricultores perderam poder de compra e deixaram de ter acesso a sementes e fertilizantes de qualidade, o que leva à escassez alimentar, especialmente nas zonas afetadas por conflitos e restrições comerciais. Estima-se que 15 milhões de pessoas enfrentam ameaça da fome. Para sobreviver, muitas comunidades recorrem à desflorestação e à conversão de terras para agricultura, mas a remoção dos manguezais coloca as populações locais em risco, já que estas formações naturais protegem durante a época das monções, para além de promoverem a biodiversidade da região.

Mesmo antes do terramoto, Mianmar já se encontrava numa situação desesperante. O sismo veio apenas agravar ainda mais os problemas existentes: de um dia para o outro, escolas, serviços públicos e hospitais transformaram-se em escombros. Os danos foram extensos: mais de 41 mil casas, 1800 escolas, 167 unidades de saúde e 3300 instalações religiosas sofreram danos de várias magnitudes (ONU, HNRP, 2025).

A vida para os habitantes de Mandalay, uma cidade com 1,5 milhões de pessoas, foi completamente virada do avesso. Uma cidade dinâmica, essencial para a economia do país, foi profundamente abalada. O tremor, de 7,7 na escala de Richter, atingiu uma

LÁ FORA

região com 17,2 milhões de habitantes. Comunidades inteiras foram desalojadas, os mercados pararam. Estimam-se 3500 mortos, mas milhares de sobreviventes ficaram deslocados e necessitam com urgência de abrigos temporários ou realojamento. Foram criados acampamentos improvisados em mosteiros ou em campos de futebol, mas as condições são precárias, faltam serviços essenciais como água e saneamento. O cenário é sombrio: as perdas económicas causadas por este terramoto ultrapassam o Produto Interno Bruto do país, agravando a policrise já existente.

A comunidade humanitária tem trabalhado incessantemente para prestar ajuda. O apoio de agências da ONU, ONGs e organizações como a Cruz Vermelha tem sido vital. Países vizinhos como a China e a Índia prometeram milhões em ajuda humanitária, o que terá impacto positivo a longo prazo, mas também implicações políticas no xadrez geopolítico global.

Em conclusão, o meu tempo em Mianmar deu-me um vislumbre de um país profundamente enraizado na tradição e abalado pela adversidade. Testemunhei uma beleza natural e espiritual que, até então, não sabia ser possível. No entanto, por detrás desta superfície serena, esconde-se um país a lutar contra dificuldades implacáveis, sendo o terramoto de 2025 apenas o mais recente de uma longa série de tragédias. Este sismo rompeu vidas e destruiu palácios e pagodes antigos (como o Palácio de Mandalay, cuja imponente torre desabou por completo). Escrevo este artigo porque a dimensão dos estragos vai muito além do que se vê na televisão, grande parte da infraestrutura das zonas afetadas perdeu-se, o que só agrava a vulnerabilidade da sua população. Mas não creio que esteja tudo perdido, porque — para além da adversidade — vi um povo resiliente, cheio de compaixão e empatia, com vontade de superar esta tragédia como já o fez tantas vezes antes. Nós, enquanto comunidade internacional, não podemos tratar esta catástrofe como ruído de fundo. Os holofotes estão, finalmente, voltados para Mianmar — uma nação constantemente marcada por conflitos que nunca chegam aos nossos ouvidos — e não se devem desviar.



Esta não é a madrugada que esperávamos

POR DIOGO RODRIGUES
E DÉBORA SIMÃO

DDEP

Esta não é a madrugada que esperávamos.

Encontramo-nos, uma vez mais, fadados a retornar às urnas para a eleição de mais uma pessoa incapaz de se comprometer com a conservação da nossa democracia e respetivas instituições. O cumprimento de uma legislatura parece algo inalcançável desde a *Geringonça*, isto é, o último real período de estabilidade onde se cumpriram quatro anos no poder. Ainda assim, este triste nascer do dia não foi consequência de uma noite renunciada por essa governação à esquerda, mas cada coisa a seu tempo.

Escolhemos fazer uma retrospeção deste último ano pois, evidentemente, chegamos a Abril. Após **51 anos da Revolução de 1974**, o aroma das pétalas vermelhas persiste no ar e continua a servir de perfume para embelezar a história da nossa democracia, à portuguesa. No que toca ao ano passado, porém, as fragilidades do nosso regime apresentam-se em catadupa, tal como noutras democracias lá fora que também passam por momentos mais difíceis.

CÁ DENTRO

Os EUA, pioneiros da democracia liberal, descendem para uma cleptocracia e nova recessão, contando com o homem mais rico do mundo e o Kremlin como os melhores amigos do seu presidente. Já a Alemanha, um dos motores principais da UE, depara-se com o partido de extrema-direita à frente nas mais recentes sondagens, após mais um período eleitoral e a agravação da sua situação económico-social. Cá por casa, e voltando novamente ao problema inicial, temos as quartas eleições em cinco anos e meio, algo que nem durante a I República se tinha visto.

É certo que o fenómeno do totalitarismo não nos assombra da maneira como assombra outros países, mas esses mesmos países não tiveram uma Revolução pela Liberdade como a nossa. Posto isto, foquemo-nos essencialmente no que pensamos ser o nosso elefante na sala: o facto de a mensagem do 25 de abril se ter vindo a perder no tempo, levando consigo a necessidade de se lutar constantemente por essa mensagem.

Abril simboliza a felicidade de acordar com o sol a beijar-nos o rosto depois de tanto tempo sem o ver. Simboliza a liberdade de um povo que não mais terá que sofrer com os caprichos da Pátria, porque, afinal de contas, é ele quem, através da democracia, ordena. **Abril marca o fim da opressão e do esquecimento;** o povo não mais servirá a Pátria sem que ela o sirva a si. Com a sua força, o povo ganhou a tão esperada voz nesse bonito dia. Desde então, ouvimo-lo cantar o fim da guerra e do trabalho indigno; vimo-lo apregoar

a igualdade, a justiça e uma vida digna caracterizada pela paz, o pão, a habitação, a saúde e a educação – não para umas quantas almas, mas para todas. Ouvimo-lo cantar, sobretudo, na esperança de que, se nunca parar, nunca mais lhe faltará a voz.

No entanto, com o passar dos anos, parece que a sua voz acabou por se tornar menos audível. Existem duas razões fundamentais para o esmorecimento da voz do povo. Primeiramente, falhamos em perceber que Abril não foi um momento único, isolado no tempo. Abril foi o início de uma História que será escrita pela eternidade. Não nos conquistou a democracia e permitiu que o trabalho ficasse por ali. Pelo contrário. A democracia é um processo contínuo que requer responsabilidade, ética, empenho e inconformismo perante a face do autoritarismo. Deste modo, a voz cessa com a crença de que a democracia está garantida, que lutamos por ela uma vez para não termos que lutar nunca mais.

Em segundo lugar, existe um sentimento generalizado de opressão, embora muito distinto daquele que era sentido antes da Revolução. A opressão do povo já não é feita através de um regime ditatorial, mas antes de uma democracia frouxa, na qual os poderes legislativo, judicial e executivo falham em prover, umas vezes pelo seu ineficiente excesso de burocracia, outras pelo impedimento criado pelo poder político (que pode ser tanto uma questão de incompetência como de má vontade).

CÁ DENTRO

Voltemos um pouco atrás, até ao estranho caso da PGR e António Costa, já que agora com mais tempo se assistiu a um desenrolar da ação. Este caso, passado a ferro e brasa por todos os media e por grande parte da oposição, fez cair uma maioria absoluta com base num parágrafo onde o nome do então Primeiro-Ministro era mencionado. Ainda para mais, quase um ano e meio depois da abertura de um inquérito no MP junto do Supremo Tribunal de Justiça, ainda não se apuraram quaisquer tipos de conclusões. Ora isto abre um precedente de perigo astronómico.

Neste dossiê da “Operação Influencer”, podemos delinear alguns aspetos jurídicos de imensa delicadeza. Para começar, o mais óbvio e claro a olho nu é o de que não existem provas sólidas que justifiquem as medidas acusatórias que foram feitas a um alto cargo político. Por sua vez, também se pode argumentar sobre o claro pisar dos limites da justiça penal, uma vez que esta interferência no campo político bate de frente com a ideia de equilíbrio de poderes.

Sendo assim, aliando-se uma natureza indiciária extremamente frágil ao tremendo problema da interferência judicial na política, estamos perante um ambiente perfeito para a erosão da confiança institucional entre a população portuguesa. Todavia, relembramo-nos que a forma como o caso foi comunicado demonstrou uma evidente falta de clareza ou proporcionalidade na própria intervenção. Como tal, não só se passou a pensar na possibilidade de ter havido

uma instrumentalização da justiça, como se assistiu a um agravamento do descrédito popular não só a nível judicial, mas também legislativo e executivo.

A instabilidade democrática que se tem sentido nos últimos anos, quando somada à corrupção e multiplicada pelo aproveitamento do descontentamento por certas forças políticas, resulta na obstinada ideia de que já não há nada por que lutar. Afinal de contas, o sistema vigente só nos causa dano. Posto isto, paira pelas ruas um clima de descrença nas instituições que convida o povo a entregar o ouro ao bandido, delegando, através do voto, a manutenção do sistema aos que se opõem ardentemente a ele.

Os recentes acontecimentos que levaram a mais uma queda de governo contribuíram para exacerbar a instabilidade governativa e, possivelmente, a desconfiança nas instituições que se têm vindo a entranhar nos últimos anos. Ao recusar, na sua altivez, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que vise esclarecer todo o aparato relativamente à Spiumviva, Luís Montenegro está a entregar duas mensagens aos portugueses: a de que o Poder Legislativo não é confiável - visto que não crê nele para confirmar a verdade da sua impunidade - nem tão-pouco necessário. Opta por atribuir ao povo o voto final da sua sentença, crendo estar a ser democraticamente correto.

No entanto, não se apercebe que, ao arrastar o país para novas eleições e anunciar a sua recandidatura, está a fazer precisamente o contrário: está a

CÁ DENTRO

pedir ao povo que valide a imunidade do Poder Político ao escrutínio e às normas democráticas através de um voto cego de confiança. Está, na sua possível ingenuidade e evidente irresponsabilidade, a desrespeitar as instituições democráticas ao declarar, ainda que implicitamente, a inutilidade dos seus processos e instrumentos. Está, sobretudo, a normalizar a instrumentalização da democracia como um método de fuga à própria fiscalização democrática.

Francamente, tudo isto poderia não ter acontecido se o atual Primeiro-Ministro tivesse assumido o seu erro e pedido as devidas desculpas ao país. Algo tão simples que, infelizmente, concluímos ao fim destes 4 meses nunca ter estado em cima da sua mesa para começar. Poucos dias depois daquele estranho e confrangedor comunicado ao país, o programa de reeleição de Montenegro já estava em funcionamento e o partido do Governo em campanha com o seu pelotão de ministros em todas as estações televisivas para lançar a sua propaganda.

Veja-se, por exemplo, as visitas de estudo efetuadas a Óbidos ou ao Mercado do Bolhão. O Conselho de Ministros dirigiu-se a Óbidos na base de “*turismo eleitoral*”, expressão perfeitamente aplicada por José Pacheco Pereira para a visita de fraca autenticidade e espetáculo político que protagonizaram. Já a ida ao centro do Porto, pecou por não ter sequer sala para se realizar essa reunião de ministros, resumindo-se apenas e somente à apresentação da sua candidatura à câmara em questão.

Acredito que para quem se interesse minimamente pelos acontecimentos políticos do país isto não é apenas um pormenor, antes um Governo e um Primeiro-Ministro que parecem fazer das pessoas, perdoem-me a expressão, parvas. Para além disso, e voltando ao mote inicial, a assustadora fragilidade da atual democracia portuguesa leva a crer que estamos longe de “*cumprir abril*”. A verdade é que, para já, não existe qualquer possibilidade de o fazer. Existe, contudo, a esperança de nos aproximarmos com o passar do tempo. Para tal, o papel do líder é imperativo.

Portugal precisa de uma liderança forte, que demonstre respeito pelas instituições democráticas, responsabilidade, transparência, competência e, por último mas não menos relevante, ética; que faça uma análise realista da sociedade e daquilo que ela precisa, bem como das capacidades e recursos que possui para cumprir os seus objetivos; que procure a mudança sem ser disruptivo; que tenha devidamente delineada uma visão ética e sustentável de futuro; que se comprometa a aperfeiçoar a democracia e não a destruí-la. Resta-nos saber se algum dos candidatos a Primeiro-ministro estará à altura do desafio.

O futuro está em xeque

POR SAMIR ALI

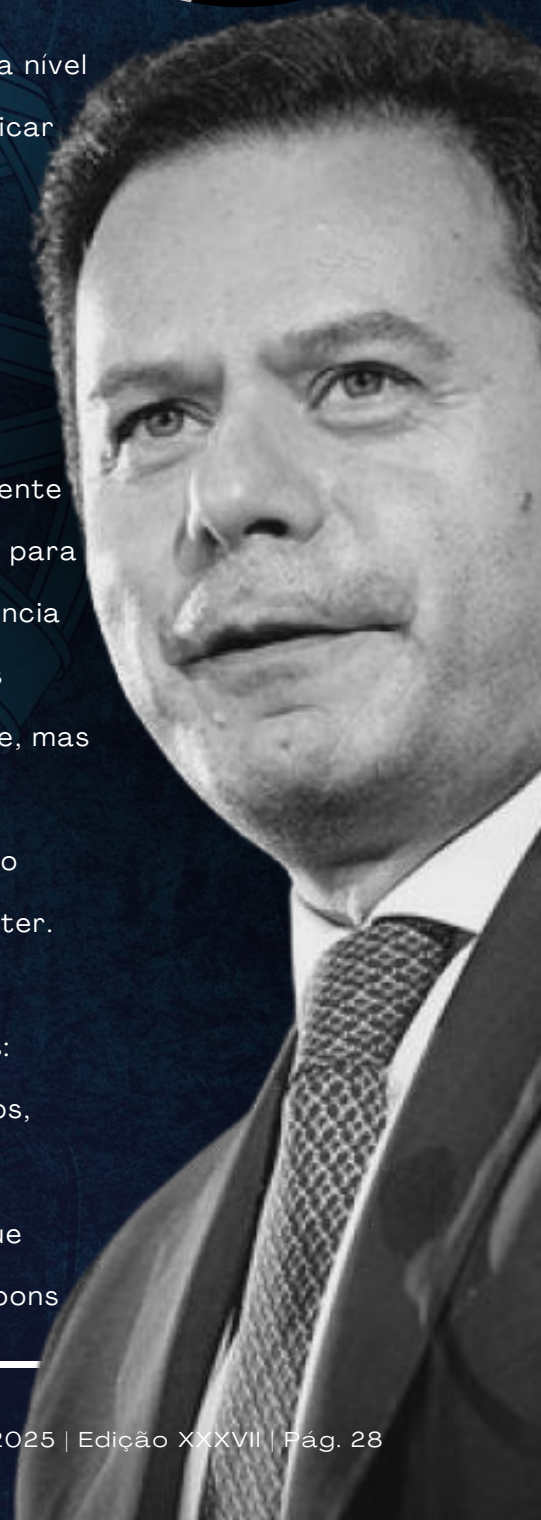
DDEP



No dia 18 de maio, Portugal vai, mais uma vez, a eleições legislativas. A instabilidade política em que o nosso país tem a nível político, impossibilita reformas estruturais que têm vindo a ficar sempre na gaveta, pois não dão votos a curto prazo. A consequência disto é que os políticos não governam para os portugueses, governam para os votos.

A educação é uma das áreas que necessita de uma reforma estrutural há anos. Infelizmente, esta reforma é constantemente adiada — provavelmente porque não existe coragem política para dar este passo. A falta de docentes e não docentes e a ausência de condições marcam o dia a dia dos estudantes nas escolas públicas portuguesas. A educação é a base de uma sociedade, mas que aos dias de hoje parece não ser importante. A falta de investimento na educação pública nos últimos anos tem sido o maior crime que os políticos cometeram e continuam a cometer.

Existem muitas reclamações feitas pelos eleitores deste país: salários dignos, melhores condições de trabalho, mais médicos, redução dos impostos, entre muitas outras coisas. Porém, Infelizmente, não se reclama por uma educação completa, que prepare realmente os jovens para serem melhores pessoas, bons



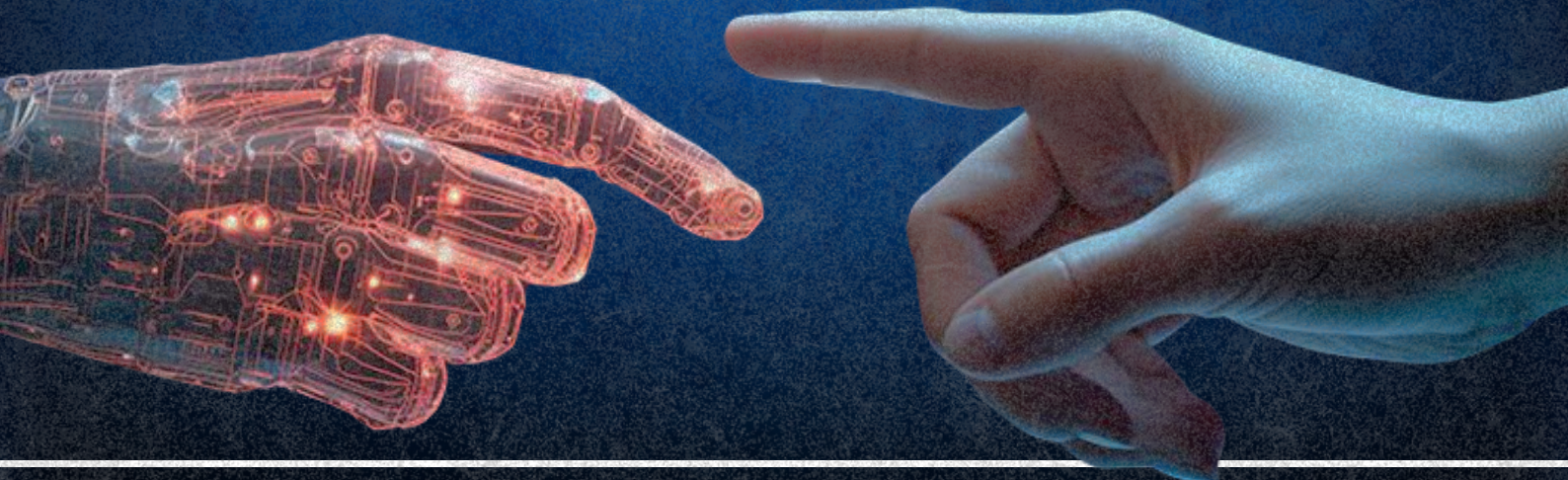
CÁ DENTRO

profissionais e, alguns, os líderes do futuro. Neste momento, em Portugal, preparam-se os incompetentes do futuro: jovens que não têm acesso a uma educação de qualidade, que estão habituados a não ter aulas, que não estão habituados ao rigor e, por isso, nunca serão adultos competentes. Estes jovens, que um dia irão transitar para o mercado de trabalho, não vão conseguir cumprir plenamente os seus deveres, visto que nunca lhes foi exigido muito esforço, dedicação e compromisso. O futuro de milhares e milhares de jovens e do nosso país está comprometido devido à incompetência de sucessivos governos e governantes.

Os miniciclos políticos têm tido um impacto devastador em Portugal uma vez que tornam impossível uma reforma estrutural, principalmente, no sistema de ensino. Infelizmente, estes miniciclos têm tendência a continuar, o que será uma catástrofe para todos os portugueses. Os governantes estão a gozar connosco e com o futuro do nosso país. O país necessita de estabilidade e de um plano a curto, médio e longo prazo, de modo a dar um rumo ao nosso país. Precisamos de líderes com visão de futuro, com coragem para assumir decisões difíceis e um compromisso real com o interesse coletivo, de modo que os interesses partidários não se sobreponham aos dos portugueses.

É necessário redesenhar os currículos do ensino obrigatório e adaptá-los aos jovens do século XXI. Menciono agora alguns pontos que acredito que poderiam beneficiar os alunos desta geração:

*Seria importante ensinar os mais novos a utilizar tudo o que está ao nosso alcance, como, por exemplo, a inteligência artificial. A IA está a substituir o cérebro dos adolescentes, fazendo com que eles aprendam pouco ou quase nada. **Será isto o que queremos para o futuro?** A inteligência artificial é excelente para nos ajudar, não para nos substituir. Para isso acontecer, é necessário ensinar a utilizar de forma correta e prudentes as novas tecnologias.*



CÁ DENTRO

Independentemente da área de estudos que cada um pretenda seguir, seja humanidades, artes ou ciências, o dinheiro está presente em praticamente todas as decisões do nosso dia-a-dia. Assim, seria fundamental que a disciplina de Economia pudesse ser obrigatória para todos os alunos do ensino secundário. Saber gerir um orçamento, perceber o que são impostos, entender como funcionam os bancos, os créditos, os investimentos e até os contratos de trabalho são conhecimentos fundamentais para qualquer pessoa, independentemente da sua área de estudos. O défice de literacia financeira contribui para problemas como o endividamento, o consumo irresponsável e a vulnerabilidade a fraudes. Temos de garantir que qualquer jovem, ao sair do ensino obrigatório, esteja preparado para os desafios reais da vida - como preencher a declaração de IRS, distinguir os diferentes tipos de impostos ou abrir uma conta bancária, entre muitas outras competências. A escola não pode preparar apenas alunos para os exames nacionais, tem de os preparar para a vida.

No sistema de avaliação vigente, a maior parte dos estudantes limita-se a decorar conteúdos para os reproduzir num teste. O conhecimento não é compreendido nem retido, é apenas momentaneamente arquivado para obter uma nota, algo que não faz sentido. A avaliação deve ser uma ferramenta pedagógica que incentive o pensamento crítico, a criatividade, a colaboração e a autonomia dos alunos. Para isso, é necessário adotar métodos de avaliação mais dinâmicos, diversificados e contínuos, que permitam aos jovens desenvolver novas competências, e não apenas decorar matéria.

É urgente uma reforma na educação. Nelson Mandela dizia que “a educação é a arma mais poderosa que podemos utilizar para mudar o mundo”. Se Portugal quer ter jovens capazes de mudar o mundo, tem de investir numa educação rigorosa e de excelência.

Só depende de nós mudar. No dia 18 de maio, vota!





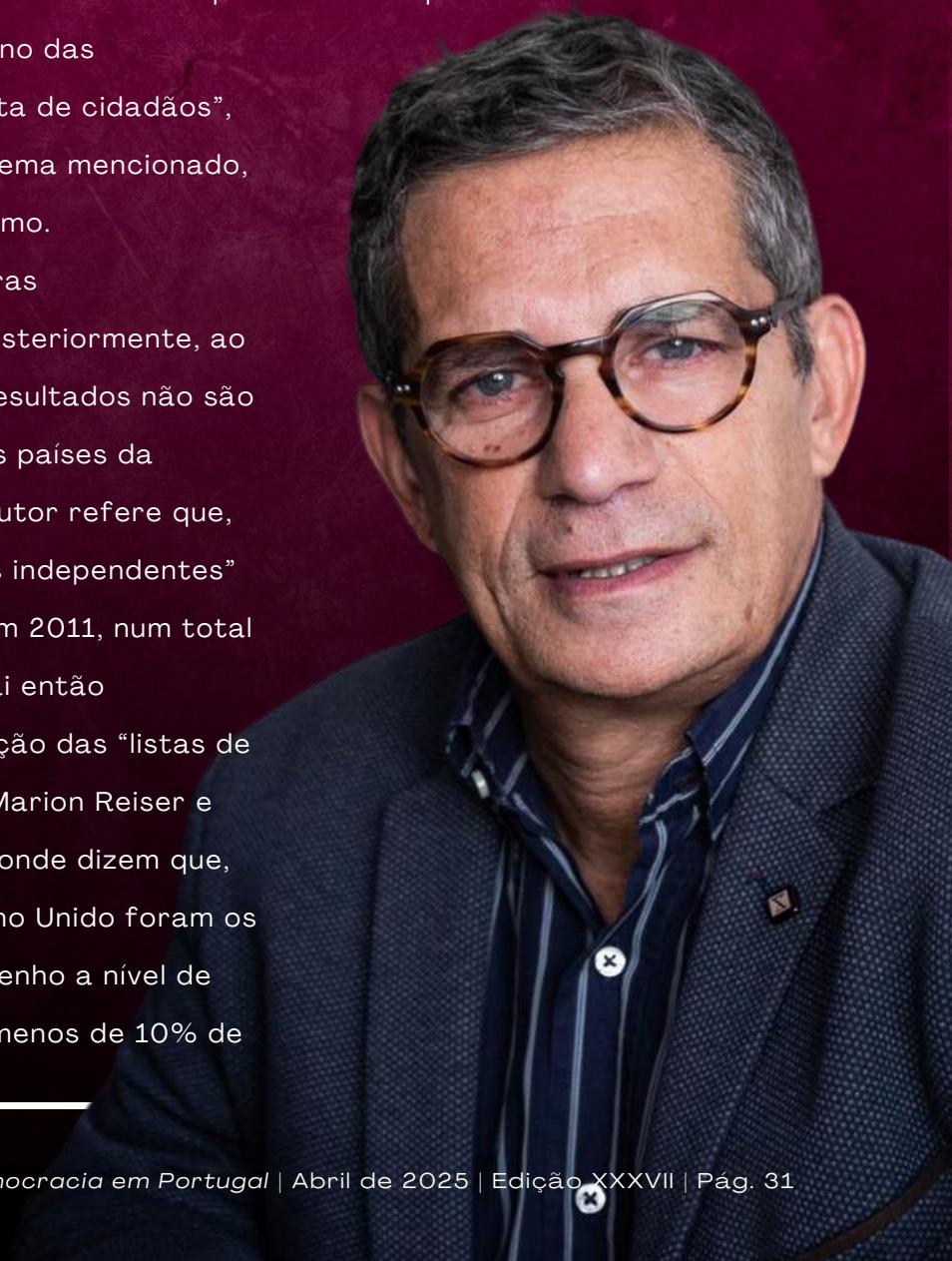
Candidaturas Independentes em Portugal – Um estudo de André Freire

POR PEDRO CARVALHO
CONVIDADO

André Freire inicia o seu artigo com a revisão da constituição de 1997 que teve como consequência as “candidaturas independentes” serem, não só aceites em freguesias, mas também passando a ser consideradas em municípios e até para a Presidência da República, surgindo assim as primeiras candidaturas em 2001 para as autarquias.

André Freire, para explicar o fenómeno das “candidaturas independentes” ou “lista de cidadãos”, enumera três fases explicativas do tema mencionado, para uma fácil interpretação do mesmo.

Primariamente, analisa as candidaturas independentes ao nível nacional e, posteriormente, ao nível internacional. Em Portugal, os resultados não são muito positivos comparando a outros países da Europa, como a Alemanha, já que o autor refere que, em 2013 Portugal com “candidaturas independentes” atinge 13 câmaras, mais 10 do que em 2011, num total de 308 câmaras municipais. Freire vai então justificar-se sobre a fraca participação das “listas de cidadãos” com um estudo feito por Marion Reiser e Everhard Holtmann, ambos alemães, onde dizem que, entre 1990 e 2000, Portugal e o Reino Unido foram os países da Europa com o pior desempenho a nível de “candidaturas independentes”, com menos de 10% de



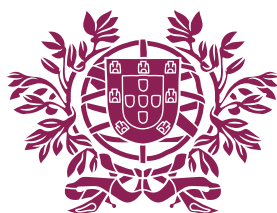
CÁ DENTRO

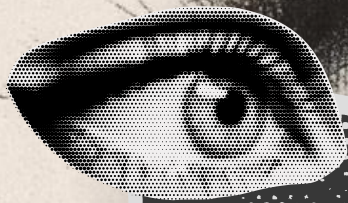
votos nas últimas eleições. Já a Alemanha, a Polónia e a Bélgica foram os países com os melhores resultados, com 46%, 59% e 20% dos votos, respetivamente. A nível parlamentar a situação é diferente, pois Portugal não permite “candidaturas independentes”, como outros 18 países. Já a Rússia e o Paquistão são os países com os melhores resultados a nível parlamentar, com 45% e 40% de votos em “candidaturas independentes”.

Como segundo tópico o autor apresenta o sucesso, ou não, dessas mesmas candidaturas. Freire indica e defende que o crescimento das candidaturas independentes estão relacionadas com a crise dos partidos, fazendo aumentar, assim, movimentos anti-partidários. Dawn Bracanti mostra, então, que o possível sucesso das “listas de cidadãos” está assente em duas razões, por um lado o número de assinaturas não é tão exigente, e que por outro, qualquer movimento novo é curiosidade global da população, elevando assim o nível de popularismo desse mesmo movimento independente.

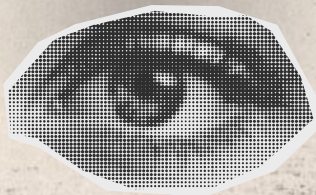
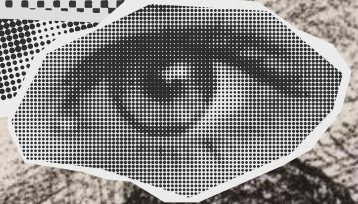
Já no último tópico, o investigador apresenta as vantagens e desvantagens das “candidaturas independentes”. Muitas pessoas têm opiniões variadas, podendo ser positivo porque pode trazer uma maior legitimação aos sistemas políticos e uma maior participação, nomeadamente na AR; outro aspeto positivo é a maior e mais controlada fragmentação, que leva posteriormente à crescente concorrência. Este aspeto, para alguns, tem outra interpretação, pois a maior fragmentação leva a uma maior quebra no parlamento e pode causar momentos de ingovernabilidade. O autor refuta esta teoria, pois Portugal é quase bipartidário, (fase à data do estudo, não se verificando nos dias de hoje, pois o parlamento é composto essencialmente por três partidos, PSD, PS e Chega) e a intervenção de movimentos independentes não alterariam o status político português. Outros aspetos negativos apresentados pelo autor apresentam-se como o aumento das práticas de clientelismo e uma maior “des-ideologização” na política.

Concluindo, o autor defende que, através de um financiamento igualitário para essas campanhas, estimulando assim a concorrência, «**valeria a pena correr todos os riscos de quebrar o monopólio partidário na representação parlamentar**».





A Meu Ver





A Caritas Judaico-Cristã no séc. XXI, uma crónica sobre o seu carácter eterno

POR MÁRCIO
ESPÍRITO-SANTO
DDEP

Num século em que a desigualdade social, a solidão e as crises humanitárias se tornaram quase um lugar-comum, a caridade permanece para muitos uma das poucas luzes que não se apagam. Mas longe de ser apenas um ato de bondade momentânea, a caridade nas tradições judaico-cristãs revela-se como um imperativo espiritual, enraizado em textos milenares, com ressonância vital nos nossos dias.

No Judaísmo, a *tzedaká* vai muito além do simples “dar aos pobres”. Derivada da palavra hebraica *tzedek*, que significa justiça, a *tzedaká* não é uma prática que se possa escolher fazer ou não. Antes pelo contrário, é uma obrigação moral e espiritual. Dar é uma forma de restabelecer o equilíbrio social, de agir com justiça no mundo, uma vez que, o entendimento judaico é que aquilo que temos não é inteiramente nosso. Maimónides, já no século XII, falava de oito níveis de *tzedaká*, sendo o mais elevado aquele em que se capacita o outro a tornar-se autossuficiente. Em pleno século XXI, com sociedades cada vez mais fragmentadas, esta visão da caridade como instrumento de justiça e dignidade torna-se urgentemente relevante com vista àquilo a que nos Judaísmo se chama de *tikkun olam*, isto é, “reparação ou melhoria do mundo”.

A MEU VER

No Cristianismo, por outro lado, a caritas (do latim caritas, normalmente traduzido como amor ou caridade) é o amor manifestado através de ações altruístas. Inspirada nos ensinamentos de Jesus, a caridade cristã é sobretudo um ato desinteressado de amor, um reflexo do amor divino pelo próximo. No Evangelho segundo S. Mateus 25:35-40, encontramos a essência desta visão:

dar de comer a quem tem fome, vestir quem está nu, visitar quem está doente ou preso;

gestos simples, mas que fazem a diferença na vida tanto de quem dá quanto de quem recebe. Com o crescimento da pobreza urbana, da migração forçada e do isolamento social, neste século, o chamado cristão à caridade é um apelo à presença ativa e misericordiosa num mundo tantas vezes pautado pela indiferença.

Ambas as tradições, judaica e cristã, convergem num ponto essencial: a centralidade do outro, não como objeto de pena (ou comiseração), mas como sujeito de dignidade. Num tempo em que a filantropia não resolve tudo e em que a atenção é medida em cliques e likes, a *tzedaká* e a caritas recordam-nos que a verdadeira caridade não é ruidosa, é silenciosa e deve basear-se num compromisso com o outro que deve ir muito para além de esmolas.

Mais do que nunca, o século XXI precisa de resgatar esse caráter eterno da caridade. Um amor que não espera retribuição, uma justiça que não se limita à letra da lei. Seja através da partilha silenciosa de um pão, do acolhimento de um estranho ou do combate estrutural à pobreza, a caridade judaico-cristã continua a ser uma das forças mais humanizadoras da civilização ocidental e talvez, justamente por isso, nunca tenha sido tão necessária como hoje é.

Num mundo cada vez mais polarizado, em que as identidades sociais, religiosas, étnicas ou de género se tornaram marcadores de pertença e, muitas vezes, de exclusão, a caridade judaico-cristã ressurge como uma proposta radicalmente atual. Fundada na ideia de que todos os seres humanos são criados à imagem e semelhança de Deus (*imago Dei*), esta ética aponta para uma dignidade intrínseca de cada pessoa, independentemente da sua origem, estatuto ou convicção.

A MEU VER

Na epístola aos Gálatas, Paulo escreve:

“Não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher, pois todos vós sois um só em Cristo Jesus” (Gálatas 3:28).

Esta frase, escrita há quase dois mil anos, tem hoje uma força renovada num tempo em que se clama por igualdade, respeito e justiça social. A ética judaica que exige justiça (*tzedek*) e compaixão para com o estrangeiro, o órfão e a viúva (Deuterónimo 10:18-19) e a ética cristã, enraizada no amor ao próximo como a si mesmo (S. Marcos 12:31) convergem num princípio comum: a centralidade do outro como espaço sagrado.

Tratar o outro com dignidade significa não o reduzir à sua nacionalidade, ao seu rendimento, à sua orientação sexual ou à sua religião. Significa, antes, reconhecer nele uma centelha do divino, alguém que carrega uma história, uma esperança, uma dor e que por isso é merecedor de empatia e respeito. Se no mundo antigo a condição social ou o género determinavam direitos ou a ausência deles, a tradição judaico-cristã trouxe à luz uma visão universalista do ser humano, que ecoa ainda hoje nos direitos humanos modernos.

A caridade, porém, não é apenas um ideal filosófico ou religioso. Ela exige ações concretas: acolher o migrante, combater a discriminação racial ou de género, defender os marginalizados, cuidar dos pobres, escutar os diferentes. No século XXI, isso significa levantar a voz contra o racismo estrutural, a homofobia, o sexismo e todas as formas de exclusão. A ética dos profetas de Israel, que denunciavam a opressão dos mais frágeis e a ética de Jesus, que comia com pecadores e tocava nos impuros desafiam-nos hoje a ir além das ideologias e a praticar uma compaixão real, tangível e transformadora.

O verdadeiro teste a esta ética está precisamente nos casos em que ela é mais difícil de aplicar: amar quem pensa de forma diferente, acolher quem nos incomoda, ouvir quem nos desafia. Numa época em que é mais fácil cancelar do que dialogar, mais fácil excluir do que compreender, a *caritas* judaico-cristã oferece-nos uma sabedoria milenar que continua a apontar para o futuro:

um mundo em que todos, sem exceção, sejam tratados como irmãos.

Estado



de

Direito

Redes sociais e desumanização: *O caso de Loures como espelho da geração digital*

POR MARIA SOUSA
DDEP



O caso da violação em Loures chocou o país, não só em virtude da violência do crime em si, mas pelo modo como este foi exposto, divulgado e consumido nas redes sociais. A presença de jovens entre os agressores, a gravação deliberada do ato e a sua propagação viral nas plataformas digitais revelam algo que ultrapassa o âmbito criminal: expõem a insensibilidade crescente de uma geração habituada a observar a dor de outros através de ecrãs. A violência já não choca, é visualizada, partilhada, comentada e, por vezes, ridicularizada. O episódio deixou de ser apenas uma tragédia individual para se tornar um reflexo perturbador de uma cultura digital onde a empatia dá lugar ao entretenimento. É uma vergonha nacional que, em pleno século XXI, um crime tão brutal possa ser convertido em espetáculo.

Tudo começou com a divulgação de um vídeo em que se via uma jovem, menor de idade, a ser vítima de violação por um grupo de adolescentes que se autointitulam “influencers”, num descampado na zona de Loures. O caso, que ficou conhecido como “a violação de Loures”, revelou não só a brutalidade da ação criminosa perpetrada por jovens, mas também a inquietante maneira com que o facto foi tratado por aqueles que comentaram, testemunharam e compartilharam.



ESTADO DE DIREITO

O vídeo, gravado intencionalmente por um dos agressores, foi visualizado mais de 32 mil vezes. A partilha foi rápida e descontrolada: em poucas horas, o conteúdo disseminou-se por grupos de WhatsApp, páginas de Instagram, perfis de TikTok e fóruns online, nomeadamente, no Telegram. Centenas de pessoas, a maioria jovens, observaram, comentaram, riram, partilharam e simplesmente ignoraram a gravidade do que estavam a ver. Poucos alertaram as autoridades.

As reações públicas não tardaram. O Ministério Público e a Polícia Judiciária iniciaram investigações imediatas. Alguns “suspeitos” foram detidos. O país assistiu, em choque, a um episódio que trouxe à tona questões urgentes sobre violência sexual, responsabilidade juvenil, cultura digital e fragilidades das respostas institucionais.

Em 2024, foram registados 2.062 casos de delinquência juvenil em Portugal, representando uma subida de 12,5% face ao ano anterior. Também se registou um aumento nas participações por violação: segundo os dados do RASI, houve mais 49 casos, o que representa um acréscimo de quase 10%. Este caso e outros semelhantes traçam um retrato inquietante da cultura de exposição que domina a era digital. Os jovens envolvidos não demonstraram receio de serem reconhecidos ou punidos. A decisão de gravar e divulgar o crime sugere uma percepção distorcida da realidade como se a presença de uma câmara os desligasse das consequências

morais e legais dos seus próprios atos.

Cada vez mais a tecnologia tem sido usada como instrumento de humilhação. O que outrora seria motivo de vergonha, denúncia ou segredo, é hoje convertido em “conteúdo”. Há uma estética da crueldade a ganhar espaço nas redes sociais: vídeos de agressões, humilhações, bullying e, agora, até crimes sexuais são partilhados como se fossem entretenimento.

As redes sociais, criadas para ser espaços de interação, expressão e partilha, tornaram-se também palcos privilegiados para a exposição da violência. Os agressores sabiam que estavam a cometer um crime, mas também sabiam que esse crime podia ser “visto”, “comentado” e “reagido”. Este fenómeno insere-se na lógica da “espetacularização da violência”. A internet, sobretudo as redes sociais, funcionam como um palco onde os limites entre realidade, ficção e espetáculo são confundidos. A arquitetura das próprias plataformas digitais favorece esta dinâmica. Os algoritmos, programados para maximizar o tempo de permanência e a interação, promovem o que choca e o que emociona. A violência, neste contexto, vende. E, ao vender, reproduz-se.

A geração que hoje utiliza as redes sociais cresceu num mundo em que a presença da internet é parte integrante da identidade. Ser jovem, é, nos dias de hoje, viver em constante exposição: através de fotografias, vídeos, histórias,

ESTADO DE DIREITO

publicações e reações. Esta exposição contínua molda a forma como os jovens se veem, se relacionam e agem, inclusive perante situações de violência e sofrimento.

Além disso, muitos deles não estão emocionalmente capacitados para absorver as consequências do que consomem e partilham. Falta-lhes maturidade para compreender as implicações humanas e legais de compartilhar, por exemplo, a gravação de uma violação. Falta-lhes também formação crítica sobre o funcionamento das redes, os algoritmos, a manipulação emocional e o impacto da exposição digital. Mas não se pode esperar que os jovens enfrentem tudo sozinhos: é necessária uma atuação articulada da sociedade como um todo.

O sistema judicial, por sua vez, também enfrenta desafios. No caso de Loures, os jovens envolvidos na prática de um crime sexual gravíssimo não foram colocados em prisão preventiva. O juiz de instrução, ancorado em critérios processuais como a ausência de perigo de fuga, perturbação do inquérito ou reiteração criminosa, optou por medidas não privativas de liberdade. Esta decisão, embora juridicamente sustentada, revelou um fosso crescente entre a letra da lei e a consciência coletiva de justiça. O ordenamento jurídico deve adaptar-se de maneira a estar em sintonia com novos crimes que nascem de contexto digital e coletivo, na qual os efeitos sociais são mais rápidos e substanciais.



No dia 5 de abril, centenas de pessoas reuniram-se em frente à Assembleia da República para manifestar a sua indignação. Sob o lema “Violação não se filma, condena-se”, exigiram justiça, responsabilização e mudança estrutural. Essa mobilização mostrou que o caso de Loures é também um símbolo de exaustão — um grito coletivo contra a normalização da violência e da impunidade.

O simples facto de crescer rodeado por tecnologia não implica, por si só, a aquisição de competências éticas, críticas ou emocionais. O governo precisa assumir um papel ativo na construção de uma estratégia nacional de prevenção da violência digital. Isso vai além de campanhas públicas de sensibilização, é preciso agora mais do que nunca apoio psicológico às vítimas e regulamentação eficaz das plataformas digitais. O país vizinho, Espanha, aprovou um projeto de lei para interditar o uso das redes sociais a menores. E não é o primeiro país a fazê-lo. Em Portugal, 95% das crianças aos 10 anos já tem o seu próprio telefone.

ESTADO DE DIREITO

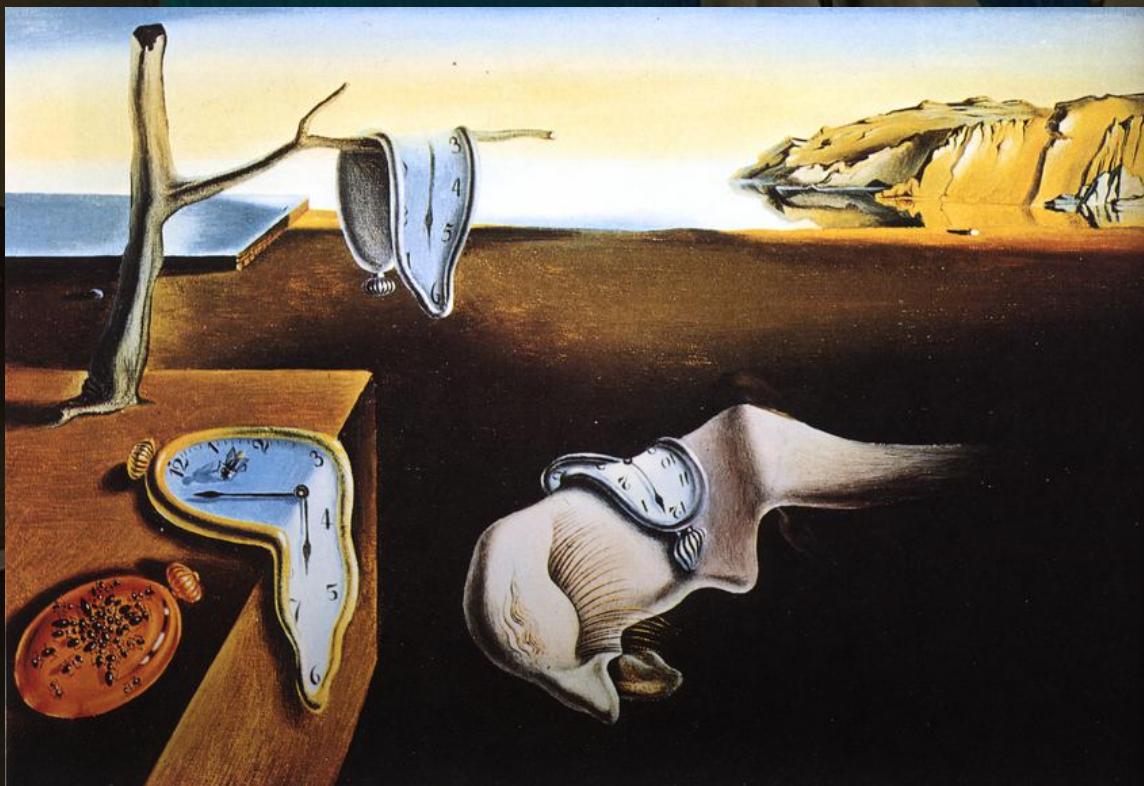
O caso de Loures não revelou apenas a falha grave de um grupo de jovens — revelou um fenómeno mais profundo: a desumanização na era digital. Ao transformar a dor em conteúdo, o sofrimento em espetáculo e a vítima em objeto de consumo, a cultura digital atual contribui para o enfraquecimento da empatia e da responsabilidade coletiva. Desumanizar é, antes de mais, retirar do outro aquilo que o torna sujeito: a sua dignidade, a sua história, a sua dor.

As tecnologias não são forças autónomas nem entidades imunes à ação humana, são criações nossas, moldadas por decisões humanas. Por isso mesmo, podem e devem ser reguladas e orientadas à luz de princípios éticos. O argumento da neutralidade tecnológica já não é admissível num cenário onde algoritmos privilegiam o que choca e silenciam o que importa. As plataformas digitais precisam de ser responsabilizadas — não apenas por tardarem na remoção de conteúdos violentos, mas por beneficiarem sistematicamente da sua disseminação.

Este é um problema sistémico e multifatorial. Não se resolve apenas com literaciadigital. Requer justiça, educação, empatia, política pública, coragem institucional e um compromisso coletivo com a dignidade humana. Porque, no fundo, o que está em causa não é apenas o digital — é o que estamos a deixar de ser enquanto sociedade.



SOBRE O DIREITO DE ESTAR OFFLINE



de Martim Diniz

No tempo em que o digital se impõe como norma, e não como alternativa, importa refletir sobre o silêncio forçado daqueles que o progresso - travestido de uma irrefutável inevitabilidade - deixou à margem da sociedade: aos mais velhos, frequentemente relegados à condição de estrangeiros dentro da sua própria pátria, por não dominarem os códigos do novo léxico digital.

A transição tecnológica, embora revestida de promessas de eficiência, tem-se revelado, em muitos casos, um mecanismo de exclusão. O Estado, em nome da modernização, transfere competências e serviços para plataformas virtuais, prescindindo, com alarmante ligeireza, da dimensão humana do atendimento presencial. Esta mutação administrativa, que se apresenta como progresso, encerra em si um perigoso desdém pela diversidade de competências, ritmos e realidades sociais. É imperioso reconhecer que a conectividade não é um bem universal. A internet não é gratuita, nem está ao alcance de todos — quer em termos económicos, quer em termos cognitivos. Ao exigir que o cidadão esteja permanentemente online para aceder a serviços essenciais, o Estado desrespeita o princípio da equidade e subverte a sua própria função social: servir todos, e não apenas os aptos.

A cidadania não pode ser condicionada pela proficiência tecnológica. A pertença à comunidade política não pode depender da posse de um dispositivo eletrónico ou da familiaridade com interfaces digitais. O direito à informação, à saúde, à justiça — pilares do Estado de Direito — não pode ser mediado exclusivamente por plataformas que muitos não compreendem, nem desejam utilizar.

Reivindico, pois, o direito à desconexão. O direito de não ser compelido à virtualidade. O direito de escolher o rosto humano em vez do ecrã. Porque há uma dignidade profunda no gesto lento de quem preenche um formulário à mão, de quem espera pacientemente por uma senha, de quem prefere a voz ao clique. O Estado não pode obliterar as singularidades em nome da eficácia. Modernizar não é excluir. Eficientizar não é automatizar até à indiferença. A verdadeira sofisticação administrativa reside na capacidade de integrar, de compreender a pluralidade de vivências e de garantir que ninguém, por ser mais velho ou menos digital, seja tratado como cidadão de segunda ordem.

Que nunca nos esqueçamos que a justiça de um país também se mede pela forma como cuida dos que não acompanham o ritmo vertiginoso do tempo. Pelo direito de não ser quando o ser temporal impera.



NÚC LEO MUSI CAL

MATH-ROCK / EMO

TRIP

INDIE POP/ROCK

INDIE POP/ROCK

ADIOHEAD/THOM YORKE

PLAY

/ MARTIM DINIS



1. Slowdive - Souvlaki (1993);
2. Sonic Youth - Goo (1990);
3. Citizen - Youth (2013);
4. Darkthrone - Panzerfaust (1995);
5. Joy Division - Unknown Pleasures (1979);
6. Nirvana - Bleach (1989);
7. Kyuss - Welcome to Sky Valley (1994);
8. Helmet - Meantime (1992);
9. Deafheaven - Sunbather (2013).



SUGESTÕES CULTURAIS





Da civilização à cinza da Fénix selvagem

POR RODRIGO PLAZA
DDEP



“I live, I burn with life, I love,
I slay and I am content”

uma frase que resume perfeitamente um dos maiores personagens de Robert E. Howard mundialmente conhecido como Conan “O bárbaro”. Cabelo longo e negro, olhos azuis perfurantes, alto, extremamente forte, possuidor de alta destreza quer física quer mental, estoico melancólico e selvagem guerreiro, poucos personagens escritos no século XX e XXI conseguem competir com a imagem do lendário bárbaro e poucos livros ou comics outorgam tanta emoção e aventura ao leitor.

SUGESTÕES CULTURAIS

Porém sendo que esta revista tem um foco em relações internacionais não irei infelizmente descrever-vos a destreza e a velocidade da espada de Conan, mas sim uma tese que o seu criador, Robert Howard, detém sobre as civilizações do universo do bárbaro.

As aventuras de Conan decorrem na Era Hyboreana (10.000 A.C) que herda o mundo do final da Era Thuriana. Estas épocas estão esquecidas na nossa era apagada pelas areias duras e ásperas do tempo (estas histórias tal como o Senhor dos Anéis de Tolkein, passam-se na nossa terra, apenas milhares de anos atrás, onde o nosso registo histórico não existe). Inúmeros reinos decoram esta Era, desde as terras selvagens do Pictos no Oeste até à longínqua Khitai no Este e desde os reinos do Norte: Vanahaim, Asgard e Hyperborea, até aos reinos do Sul: Punt, Zembabwei e Iranistan. É neste mapa que aparece a tese civilizacional de Howard que me inspirou para escrever não só este texto, mas como outros vários projetos.

Para Howard existe uma escada que todos os povos seguem, a escada da civilização. É composta por três estágios, a era selvagem, a era bárbara e a era civilizacional. Na primeira não existe civilização, na segunda existe uma civilização primordial e na terceira chega-se ao pico da civilização. Porém, não só um povo a pode subir como também a pode descer. Um exemplo claro desta descida são os selvagens pictos, bárbaros forçados a abandonar os seus reinos e refugiar-se em florestas negras e em fundas cavernas, transformando-se em sanguinários selvagens. Por sua vez a subida na escada pode ser analisada na invasão Hyboreana, que marca em conjunto com a destruição da Atlântida, o início da era com esse mesmo nome. Esses bárbaros vindos do norte do mundo desceram para as novas terras do Sul e criaram reinos que agora são o pico da civilização, nomes como Ophir, Corinthia, Zingara, Nemedea, Brythunia, Zamora e a orgulhosa Aquillonia são os exemplos por excelência de subida na escada.

Como já devem ter reparado Howard inspirou-se bastante na história e podem-se fazer paralelos bastante interessantes, não só dos nomes, culturas e deuses de Hyboria mas sim desta mesma tese civilizacional na nossa era livre de monstros Lovecraftianos. Quantas civilizações já desceram a escada? Comparações fáceis como o cataclismo do fim da era do Bronze e da destruição total de impérios como os Assírios, os Hititas e os gregos Micenos tendo o Egípto se salvado da queda para o barbarismo e desolação civilizacional. E quantas é que já subiram? Os bárbaros

SUGESTÕES CULTURAIS

Germanos, entre eles os Suevos, Anglos, Marcomani, Burgundios, Frisios, Visigodos, etc, conseguem saltar para o estágio civilizacional aproveitando-se da queda de Roma e subindo assim a escada.

Queria deixar enão a pergunia, será que ainda obedecemos a esia escada civilizacional Poderemos nós cair desie degrau ião alio que nos faz seniir iniocáveis?

Podemos tropeçar aié uma era das irevas ial como no fim da era do bronze ou no fim da era Thuriana?

Aconselho os meus leitores a seguir as palavras estoicas e eloquentes de Conan:

" I know noi nor do i care. (...) lei me know ihe riches of juices of red meai and siinging wine on my plaie (...) Lei teachers and priesí and philosophers brood over quesiiions of realiiy and illusion. I know this. If life is illusion, ihen I am no less an illusion, and being ihus ihe illusion is real io me".

Aproveitem os frutos da civilização e aprendam com o passado. Agradeçam que não temos de lutar dia sim dia não contra tiranos, magos e monstros voadores e protegem este degrau tão confortável e estável. Ou então treinem com a vossa espada e treinem a vossa força e quem sabe, se descermos de escalão as futuras crónicas Nemedias falaram de vós e profetizaram que serão as vossas sandálias lamacentas a pisar os reinos do mundo até se sentarem no trono da Aquillonia.





ESPACO INSTITU CIONAL



**DA
DEMOCRACIA**
EM PORTUGAL

AIIESEC 



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

ESPAÇO INSTITUCIONAL

Já imaginaste a possibilidade de viver uma experiência internacional, onde podes não só explorar novas culturas, como também desenvolver competências, e ter uma experiência 100% segura? E se essa oportunidade te fosse oferecida por uma organização que conecta jovens de todo o mundo, proporcionando um ambiente único para crescimento pessoal e profissional? A AIESEC é a resposta para ti! Esta organização oferece programas de voluntariado que permitem viver essa realidade, ajudando-te a aprimorar a tua liderança, comunicação e adaptabilidade em contextos globais. Mas, e se pudesses ir ainda mais além? E se, ao viveres essa experiência, te sentisses inspirado a fazer parte desta rede global de jovens que trabalham para transformar o mundo? Tornares-te um membro da AIESEC poderá fazer sentido para ti! Neste trabalho terás inúmeras oportunidades para explorar de que forma as experiências internacionais da AIESEC podem marcar a diferença, e como, ao te tornares membro, podes levar a tua jornada de crescimento ainda mais longe.

De 1948 para o Mundo: A História da

A AIESEC é uma organização independente, não afiliada a nenhuma entidade política e sem fins lucrativos, fundada em 1948 em 7 países da Europa, atualmente abrange 126 países e territórios, cuja plataforma global surge com o intuito dos jovens explorarem e desenvolverem o seu potencial de liderança, sendo dirigida por estudantes e recém-licenciados de instituições do ensino superior. Os seus membros notabilizam-se pelo seu interesse por questões mundiais e liderança. É importante salientar que a AIESEC não empreende nenhum tipo de discriminação com base na etnia, género, orientação sexual, religião ou origem nacional/social quanto aos seus membros e/ou voluntários.

Desde a sua fundação, já se envolveram e integraram mais de 1.000.000 de jovens que realizaram experiências da AIESEC. O impacto desta organização pode ser visto através dos alumni que representam empresas, ONGs e líderes mundiais, incluindo um Nobel da Paz, Martti Ahtisaari da Finlândia.



ESPAÇO INSTITUCIONAL

Jovens no Comando: A Liderança da

A AIESEC é uma rede global de líderes jovens com menos de 30 anos que se esforçam por desenvolver as suas próprias capacidades e auxiliar as comunidades que os rodeiam, demonstrando sempre uma paixão e um grande interesse por questões mundiais, desenvolvimento de liderança, compreensão cultural e aprendizagem prática, o que se reflete na diligência dos seus membros.

Uma Voz Global Livre de Políticas

A AIESEC não apresenta nenhuma tendência ou subscrição política pré-definida ou oficialmente aceite, não sendo uma entidade subsidiária ou dependente de quaisquer outros organismos no seu trabalho, sustentabilidade ou decisões, apresentando um estatuto consultivo em conjunto com o Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), é filiada no Departamento de Informação Pública (DPI) da ONU, membro da Reunião de Coordenação Internacional de Organizações Juvenis (ICMYO), e é reconhecida pela UNESCO.

Desafia-te Globalmente: Vantagens de Experiências Internacionais

- Desenvolvimento pessoal e profissional → participar em projetos da AIESEC permite-te desenvolver competências como liderança, trabalho em equipa e comunicação intercultural, preparando-te para desafios globais.
- Expansão da rede de contactos → ao envolveres-te em iniciativas internacionais, crias conexões com jovens e organizações de todo o mundo, ampliando as tuas oportunidades profissionais e pessoais.
- Imersão em novas culturas → participar em projetos internacionais permite-te conhecer novas culturas, aprender novos idiomas e adaptares-te a diferentes estilos de vida, ajudando-te a desenvolver uma mentalidade mais aberta e inclusiva.
- Experiência prática no mercado global → a AIESEC oferece projetos que te proporcionam uma experiência prática, valorizando o teu currículo e aumentando a tua empregabilidade. Trabalhar num contexto internacional demonstra a tua capacidade de adaptação e competência num mercado global.

ESPAÇO INSTITUCIONAL

- Contribuição para causas sociais alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU → através de projetos que abordam desafios globais, como pobreza e desigualdade, podes contribuir para causas sociais importantes. A AIESEC dá-te a oportunidade de impactar positivamente o mundo e as comunidades onde trabalhas.
- Ampliação da visão global → a experiência internacional com a AIESEC proporciona-te uma compreensão mais profunda dos desafios globais e das soluções inovadoras necessárias. Desenvolver uma visão global é essencial para te tornares um líder no mundo contemporâneo.
- Desenvolvimento de competências interpessoais → trabalhar em ambientes multiculturais permite-te aprimorar a tua capacidade de colaboração e comunicação eficaz. Estas competências interpessoais são fundamentais para o sucesso profissional, especialmente em organizações globais.
- Aperfeiçoamento das competências linguísticas → participar em experiências internacionais oferece-te a oportunidade de melhorar as tuas competências linguísticas. A fluência em várias línguas é uma habilidade altamente valorizada no mercado de trabalho.
- Contribuição para o desenvolvimento local e global → ao implementar soluções sustentáveis em diferentes contextos, podes fazer a diferença tanto a nível local como global. A AIESEC oferece-te a oportunidade de seres um agente de mudança no mundo.

O Currículo que te Coloca no Mundo

- Valorização do currículo → a experiência internacional adquirida através da AIESEC distingue-te perante recrutadores e empregadores, realçando que tens uma visão global e skills valiosas. Um currículo com experiências globais transmite uma forte capacidade de adaptação e liderança.
- Demonstração de competências interculturais → ao trabalhares em diferentes culturas, desenvolves competências essenciais, como a empatia e a comunicação eficaz, que são altamente valorizadas em ambientes internacionais. Essas aptidões ajudam-te a trabalhar de forma eficiente em equipas diversas e globais.

ESPAÇO INSTITUCIONAL

- Aumento da empregabilidade → muitas empresas procuram profissionais com experiência internacional, por demonstrar a capacidade de trabalhar em contextos desafiadores e diversificados. A AIESEC oferece-te as ferramentas para tornar o teu perfil mais atrativo no mercado de trabalho global.
- Capacidade de trabalhar em ambientes multiculturais → a experiência na AIESEC prepara-te para trabalhar em ambientes multiculturais, algo cada vez mais valorizado por empresas globais. Saber adaptar-te a diferentes culturas organizacionais é uma competência essencial em contextos internacionais.
- Prova de proatividade e iniciativa → participar nos projetos da AIESEC demonstra a tua proatividade e capacidade de tomar a iniciativa. Estas são qualidades muito valorizadas pelos empregadores, pois refletem a tua disposição para aprender, crescer e enfrentar novos desafios.
- Aumento da confiança e da autonomia → a AIESEC ajuda-te a aumentar a tua confiança e a desenvolver autonomia. Estas competências tornam-te um profissional mais preparado e resiliente, capaz de tomar decisões e enfrentar desafios de forma independente.
- Enriquecimento do perfil profissional → através da AIESEC, adquires uma visão mais ampla sobre os desafios globais, o que enriquece o teu perfil profissional. Com uma mentalidade global e uma abordagem inovadora, destacas-te como um líder preparado para os desafios do futuro.



ESPAÇO INSTITUCIONAL

O Poder de Ser Membro da

- Desenvolvimento de competências de liderança → a AIESEC oferece-te a oportunidade de liderar equipas e gerir projetos, permitindo-te desenvolver skills de gestão, tomada de decisão e resolução de problemas. Essas competências são essenciais para quem procura cargos de liderança no futuro.
- *Networking* internacional → ao participares em projetos internacionais, constróis uma rede de contactos com jovens de todo o mundo, o que pode abrir portas para oportunidades profissionais futuras. Essas conexões podem ser valiosas em qualquer etapa da tua carreira.
- Experiência prática em ambientes multiculturais → trabalhar com pessoas de diferentes culturas aprimora a tua capacidade de comunicação e colaboração em contextos globais. Esta experiência é fundamental para te tornares um profissional completo e capaz de lidar com a diversidade cultural no mercado de trabalho.
- Aumento da empregabilidade → as competências adquiridas na AIESEC são altamente valorizadas por recrutadores, pois demonstram a tua capacidade de adaptação e a vontade de enfrentar desafios globais. A experiência prática internacional faz de ti um candidato mais competitivo e preparado para o mercado.
- Participação em projetos com impacto social → a AIESEC oferece a oportunidade de te envolveres em projetos que visam resolver desafios sociais e ambientais, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Contribuir para causas globais e locais é uma experiência enriquecedora e transformadora.
- Aprimoramento da adaptabilidade → trabalhar em diferentes contextos e com equipas multiculturais ajuda-te a desenvolver a capacidade de adaptação. Lidar com situações inesperadas e trabalhar sob pressão torna-te mais resiliente, uma skill valiosa em qualquer carreira.
- Desenvolvimento de competências de comunicação → ao interagires com pessoas de diferentes origens, aprendes a comunicar de forma mais eficaz, seja em diferentes idiomas ou em contextos culturais diversos. Esta competência de comunicação é essencial para o sucesso em ambientes profissionais internacionais.

ESPAÇO INSTITUCIONAL

Como Começar a Tua Jornada

Já imaginaste dar o primeiro passo para uma aventura global que pode transformar a tua vida? Se a ideia de um voluntariado internacional te entusiasma, a AIESEC é a organização perfeita para te ajudar a dar esse salto. Através da plataforma online da AIESEC, podes explorar uma variedade de projetos de voluntariado em diferentes países, escolhendo aquele que mais se alinha com os teus interesses e objetivos. Tudo o que precisas de fazer é criar uma conta, explorar as oportunidades de projetos disponíveis e submeter a tua candidatura. Após isso, serás guiado durante todo o processo, desde a seleção até à chegada ao país de destino, garantindo uma experiência imersiva e enriquecedora. Não percas a oportunidade de fazer a diferença – a tua jornada internacional começa agora!

Sara Marques
Manager de Marketing AIESEC



FICHA TÉCNICA

Diretor-Geral

Martim Dinis

Diretor-Geral Adjunto

Vicente Luís

Diretor de Conteúdo

Diogo Magalhães

Diretora de Arte e Comunicação

Patrícia Carvalho

Chefe de Redação

Maria Clemente

Tesoureiro

Sebastião Camarinhas

Equipa de Arte e Comunicação

Dara-Emília Stoyanova

Matilde Santos

Tens interesse em escrever, fotografar ou contribuir de outra forma para a nossa revista digital?

Na Da Democracia em Portugal estamos sempre à procura de novas vozes empenhadas em defender a democracia e a liberdade através da escrita e da criatividade.

*Contacta-nos através de **dademocraciaemportugal@gmail.com** para saberes como te podes candidatar para aderir à nossa equipa, ou contribuir para futuras edições.*

Ficamos à tua espera!





DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL 2025